

A influência da parceria político-econômica BRICS sobre o Índice de Desenvolvimento Humano: uma análise comparativa

Ricardo Guimarães de Queiroz¹

Rafael Todescato Cavalheiro²

Madalena Maria Schlindwein³

Resumo

Após a crise de 2008, na reunião do G-8, uniram-se Brasil, Rússia, Índia, China e, posteriormente, África do Sul, com a finalidade de fortalecer os aspectos políticos e econômicos dos países envolvidos. Essa parceria político-econômica ficou conhecida por BRICS. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), visando mensurar o bem-estar humano e a qualidade de vida oferecida à população dos países em nível mundial. Este estudo tem por objetivo analisar se houve influência dessa parceria político-econômica (BRICS) no aumento do IDH dos países envolvidos, uma vez que o fortalecimento econômico pode apresentar uma melhoria geral no bem-estar da população. O estudo tem natureza descritiva e classifica-se como uma pesquisa bibliográfica, por se tratar de um estudo sistematizado, desenvolvido com base nos Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH) publicados pelo PNUD, entre 2000 e 2015. Os resultados sugerem que, de forma isolada, a renda *per capita* (GDP) foi o único indicador que manteve sua trajetória de crescimento ao longo dos períodos analisados. Pode-se constatar que, possivelmente, a crise de 2008 interrompeu a sequência de crescimento e desenvolvimento humano dos países do BRICS, refletindo negativamente no relatório do ano de 2010. Porém, nos anos subsequentes, há indícios de que essa parceria proporcionou uma rápida recuperação, retomando a tendência de aumento do IDH, chegando próximo dos níveis apresentados no período pré-crise de 2008.

Palavras-chave: IDH. RDH. Desenvolvimento. BRICS.

Abstract

After the crisis of 2008, Brazil, Russia, India, China and later South Africa joined the G8 summit in order to strengthen the political and economic aspects of the countries involved. This political-economic partnership became known by BRICS. The Human Development Index (HDI) is an indicator adopted by the United Nations Development Program (UNDP) to measure human well-being and the quality of life offered to the people of the world. The objective of this study is to analyze if the influence of the political-economic partnership (BRICS) on the increase of the HDI of the countries involved, since the economic strengthening can represent a general improvement in the well-being of the population. The study has a descriptive nature and is classified as a bibliographical research because it is a systematized study based on the Human Development Reports published by UNDP between 2000 and 2015. The results suggest that, in an isolated way, income Per capita (GDP) was the only indicator that maintained its growth trajectory over the periods analyzed. It may be noted that the crisis in 2008 has possibly interrupted the sequence of human growth and development in the BRICS countries, with a negative impact on the 2010 report. However, in subsequent years there are indications that this partnership has provided a rapid Recovering the trend of increasing its HDI, coming close to the levels presented in the pre-crisis period of 2008.

Keywords: HDI. HDR. Development. BRICS.

1 Introdução

O conceito de desenvolvimento, abordado inicialmente sob sua perspectiva econômica, modificou-se ao longo do tempo, dada a necessidade de se avaliar também outros fatores não vinculados apenas ao volume de renda produzido. A partir dos anos 1970, o conceito de

¹ Mestrando em Agronegócios na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). rgq7@yahoo.com.br

² Mestrando em Agronegócios na UFGD. Professor da Faculdade de Educação, Tecnologia e Administração de Caarapó - FETAC. rafaeltodescato@hotmail.com

³ Doutora em Ciências (Economia Aplicada) pela Esalq - USP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). madalenaschlindwein@ufgd.edu.br

desenvolvimento passou a ser reconfigurado, associando-se aos enfoques social, ecológico, sustentável e humano (SIEDENBERG, 2006).

De acordo com Souza (2013, p. 5), “[...] não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento”. Ainda segundo o autor, existem duas correntes de pensamento, sendo que a primeira considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento, e a segunda entende que crescimento é condição indispensável, mas não suficiente, do desenvolvimento.

Thomas (2000, p. 777) destaca que o desenvolvimento pode ser entendido como a soma de “esforços deliberados que buscam melhorias, por parte de várias agências, incluindo governamentais, todos os tipos de organizações e movimentos sociais”. Para Sen (2007), o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades, sendo elas políticas, econômicas, sociais, garantias de transparência e/ou segurança protetora, pois tendem a contribuir para a qualidade de vida. Mkandawire (2007) corrobora com Alan Thomas e Amartya Sen ao afirmar que, genuinamente, a boa governança deveria ser avaliada por sua capacidade de manutenção da tríade desenvolvimento, democracia e inclusão social.

Em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do economista paquistanês Mahbud ul Haq e com a colaboração de Amartya Sen, passou a divulgar anualmente o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), o qual está associado ao esforço de construir um indicador que capte e sintetize as múltiplas e complexas dimensões do desenvolvimento humano (OLIVEIRA, 2005).

Nesse sentido, o PNUD, nessa nova sistemática de mensurar o bem-estar humano e a qualidade de vida oferecida à população, de maneira padronizada e global, adotou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). De acordo com Haq (1995, p. 38), o IDH tem como objetivo “[...] desviar o foco do desenvolvimento da economia e da contabilidade de renda nacional para políticas centradas em pessoas”. O IDH utiliza uma metodologia própria, avaliando os países através de três índices: educação, longevidade e renda.

No início dos anos 2000, alguns países emergentes se destacavam no cenário internacional pelo seu potencial de crescimento econômico e de sua atratividade de investimentos. Assim, Brasil, Rússia, Índia e China passaram a ser o foco dos estudos de algumas entidades em nível mundial, dentre elas o Banco Goldman Sachs, que, após desenvolver diversas pesquisas, impulsionou essa “novidade” chamada inicialmente de BRIC. Essa parceria foi criada em 2008, visando fortalecer os aspectos políticos e econômicos dos países envolvidos (HURRELL, 2006; BAUMANN, 2010). Em 2011, esse agrupamento de países passou a ser chamado BRICS após a inclusão da África do Sul.

Após seu surgimento, os BRICS alcançaram repercussão internacional e, desde 2009, vêm realizando, anualmente, suas conferências de cúpula. Pode-se observar, a cada ano, maior empenho e solidez na expansão de suas atividades econômico-financeiras e políticas, além da construção de uma agenda de cooperação entre seus membros.

Nesse contexto, surge a seguinte questão: o fortalecimento político-econômico desses países reflete no aumento do IDH? Portanto, o objetivo deste estudo foi o de analisar se houve influência da parceria político-econômica BRICS no aumento do IDH dos países envolvidos.

A pesquisa é constituída por quatro tópicos, incluindo esta breve introdução, que fornece uma visão geral a respeito deste estudo. O segundo compreende a revisão bibliográfica sobre o IDH e o BRICS. O terceiro destaca a metodologia que norteou a pesquisa. O quarto apresenta os resultados e sua discussão. Por fim, apresentam-se as considerações finais e as referências que embasaram o estudo.

2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o BRICS

No final dos anos 1930, a Contabilidade Nacional, oriunda da teoria keynesiana, passou a ser aplicada pelos países de maneira geral. A partir de então, de acordo com Souza (2012, p. 2), “[...] passou-se a comparar a renda *per capita* dos diferentes países e a classificá-los como ricos ou pobres”, ou seja, a renda *per capita* passou a ser um indicador de desenvolvimento. O referido autor afirma que, com a divulgação de outros indicadores,

Os países ‘pobres’ passaram a ser caracterizados como ‘subdesenvolvidos’ também por apresentarem crescimento econômico insuficiente e instável, alto grau de analfabetismo, elevadas taxas de natalidade e mortalidade infantil, predominância da agricultura como atividade principal, insuficiência de capital e de certos recursos naturais, diminuto mercado interno, baixa produtividade, instabilidade política, etc. (SOUZA, 2012, p. 2).

De acordo com Sen (2007), o desenvolvimento de um país requer que as fontes de privação de liberdade colocadas sobre as pessoas sejam removidas, tais como pobreza, carência de oportunidades econômicas, destituição social, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva dos Estados, entre outras. O conceito de desenvolvimento humano pode ser entendido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas, para que elas tenham capacidades e oportunidades de ser aquilo que desejam ser (PNUD, 2016). Para serem consideradas como desenvolvimento, as mudanças individuais e sociais devem ser percebidas como algo benéfico ou valioso pelas pessoas (NUSSBAUM; SEN, 1989).

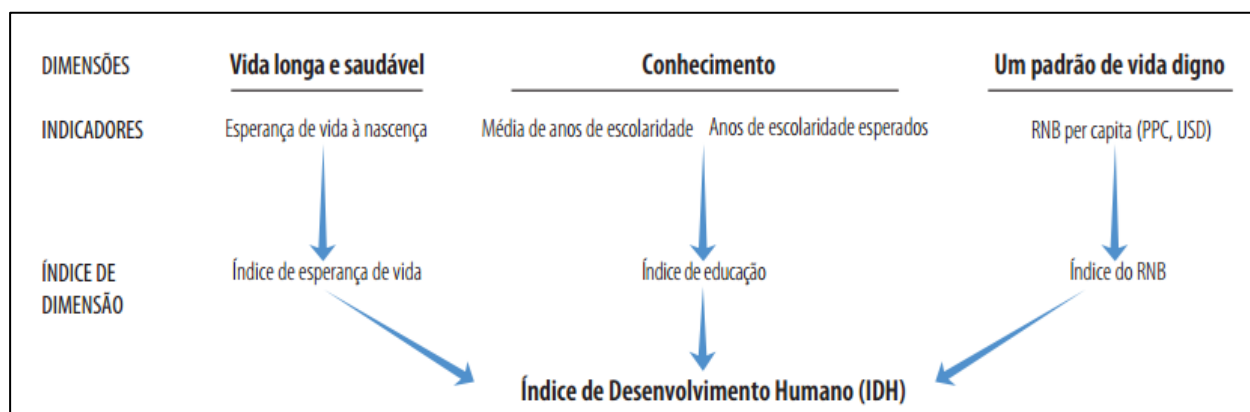
Criado por Mahbub ul Haq - com a colaboração de Amartya Sen -, o IDH representa um indicador do desenvolvimento humano de uma nação. Seguindo a ideia de incluir escolhas econômicas e sociais para formular um índice composto e flexível a melhorias graduais, Haq (1995) propôs um índice com três dimensões consideradas fundamentais para o desenvolvimento humano – a longevidade, o conhecimento e a renda. A primeira dimensão corresponde à expectativa de vida ao nascer e leva em consideração valores associados à mortalidade; o segundo componente faz referência à média dos anos de estudo da população adulta e à expectativa de escolarização; e a terceira medida equivale ao logaritmo do produto *per capita* definido em dólares, por sua facilidade de mensuração (ANAND; SEN, 1994). Dessa forma, o IDH é formado pela média de suas três dimensões, sendo classificado da seguinte forma: baixo (0-0,49), médio (0,5-0,79) e alto (0,8-1,0).

De acordo com o PNUD (1990), essas dimensões, consideradas fundamentais para o desenvolvimento humano, precisam estar satisfeitas na vida de um indivíduo, caso contrário,

outros aspectos podem estar inacessíveis. Cada uma das dimensões é mensurada por indicadores, que são selecionados considerando a disponibilidade de dados nos países.

A metodologia de cálculo do IDH sofreu diversas alterações desde a sua criação, com a intenção de mantê-lo atualizado e ajustado, de modo a retratar de forma adequada o nível de bem-estar das nações. O método adotado atualmente foi modificado em 2010, e suas dimensões, indicadores e índices de dimensão são representados pela Figura 1.

Figura 1 - O índice de desenvolvimento humano



Fonte: PNUD (2010, p. 224)

Essa nova metodologia trouxe mudanças importantes, entre as quais se destacam as alterações dos indicadores de educação e de seus pesos, a introdução de limites mínimos fixos e máximos observados e a utilização da média geométrica. Esse método revela o equilíbrio entre as três dimensões do desempenho de um país, reconhecendo a importância de todas e evitando que valores elevados em um atributo compensem valores baixos em outro (PNUD, 2010). Segue, na próxima página, a Figura 2, com a estrutura do novo IDH.

Figura 2 - Estrutura do novo IDH



Fonte: Adaptado pelos autores a partir de PNUD (2010).

Com relação à nova fórmula do IDH, Felici e Vasta (2015, p. 7) afirmam que “[...] sem dúvida, a mudança mais importante é a introdução da média geométrica em vez da média aritmética”. De acordo com as autoras, a mudança da forma funcional aceita as críticas ao método de cálculo anterior, harmonizando as três dimensões diferentes e desfavorecendo um indicador de desenvolvimento desequilibrado. O novo IDH é calculado por meio da seguinte fórmula:

$$IDH = \sqrt[3]{EV \cdot EI \cdot IR}$$

Onde:

IDH = Índice de desenvolvimento humano

EV = Expectativa de vida ao nascer

EI = Índice de educação

IR = Índice de renda

Para comparar os subíndices, que possuem diferentes medidas, estes são transformados em uma escala de 0 a 1, e, posteriormente, é feito o cálculo da média geométrica. Isso se faz necessário devido ao fato de que o índice de renda é baseado em moeda, e os índices de educação e expectativa de vida ao nascer são calculados em quantidade de anos. A nova metodologia de cálculo diminui a chance de um baixo desempenho em um subíndice ser compensado por outro bem mais alto, demonstrando um nível de desenvolvimento de determinado país em desconformidade com a realidade.

Devido à diversidade de aspectos e características que influenciam o IDH, foram realizados, ao longo dos últimos anos, diversos estudos, com a finalidade de avaliar os impactos dessas características. Dentre os estudos levantados, foram identificados aspectos de diversas áreas, como, por exemplo, fontes de energia, políticas públicas, reformas econômicas, corrupção, economia, entre outros.

Roy, Jayaraj e Gupta (2015), em seu estudo sobre o consumo de energia elétrica e o IDH em uma perspectiva global, confirmaram a existência de uma relação de longo prazo entre o índice e o consumo de energia. Já Ray *et al.* (2016) analisaram o impacto da utilização de energias renováveis no IDH, identificando que a disponibilização de energias renováveis, de forma eficiente e com qualidade, impacta significativamente nesse índice, por representar oportunidades e desenvolvimento para a população.

Com relação aos impactos dos aspectos econômicos no IDH, Fachinelli, Giacomello e Larentis (2015) estudaram a influência das categorias de capitais (Capital de Identidade, Capital de Inteligência, Capital Relacional, Capital Humano Individual, Capital Humano Coletivo e Capital Instrumental Material) sobre o IDH no Brasil. A correlação mais significativa foi a do capital de identidade com o capital financeiro, uma vez que o capital de identidade representa elementos formais e informais da cultura urbana local e destaca o valor simbólico de bens e serviços produzidos na perspectiva do conhecimento. Os autores concluíram que tais categorias de capitais exercem grande influência sobre o IDH.

Ortega, Casquero e Sanjuán (2016) estudaram o impacto da corrupção no processo de desenvolvimento humano de 69 países no período de 1990 a 2012. Os autores concluíram que o crescimento da corrupção causa sérios danos ao desenvolvimento humano nos países estudados, principalmente pelo seu impacto negativo sobre a elaboração e ampliação de ações relacionadas à renda e à saúde.

Na economia, Carvalho, Nepal e Jamasb (2016) buscaram evidências do impacto das reformas econômicas no desenvolvimento humano de economias emergentes. Os autores identificaram que as reformas institucionais e econômicas resultam em um efeito econômico positivo e causam impactos significativos sobre a maioria das dimensões do IDH. Destacaram também que a interação entre diferentes medidas de reforma e o efeito combinado dessas interações no desenvolvimento humano são de extrema importância.

Já Soejoto, Subroto e Suyanto (2015) verificaram os impactos da política de descentralização fiscal na promoção do desenvolvimento humano na Indonésia. De acordo com os autores, a transferência dos fundos descentralizados do governo central para regiões autônomas e cidades acarreta um efeito positivo, significativo sobre o IDH, além de proporcionar crescimento econômico que, conseqüentemente, impacta o desenvolvimento humano. De modo geral, as políticas de descentralização fiscal têm impactos positivos sobre o desenvolvimento humano das regiões autônomas e cidades da Indonésia.

Pourmohammadi, Valibeigi e Sadrmousavi (2014) estudaram a relação entre o IDH e os indicadores de desenvolvimento regional nas províncias iranianas. Para os autores, o IDH é positivamente influenciado pelo PIB *per capita*; portanto, se o Irã deseja ter níveis elevados de

qualidade de vida, deve dedicar uma atenção especial para as políticas regionais de crescimento econômico.

Em vários estudos, observa-se que, dentre os diversos fatores que influenciam o IDH, o desenvolvimento econômico exerce um papel importante não só na geração como na mensuração da qualidade de vida e bem-estar dos países. De acordo com Muhammad *et al.* (2010), são necessários investimentos, para que um país se desenvolva economicamente, crie oportunidades de emprego, desenvolva e amplie sua capacidade produtiva, melhorando suas condições de trabalho. Para os autores, como alternativas para o desenvolvimento, destacam-se os investimentos externos diretos (IED) e a expansão do comércio internacional, que são opções extremamente importantes para o desenvolvimento de uma economia, especialmente no contexto global atual.

Desde os anos 90, vem ocorrendo um intenso fluxo de investimentos privados nos países em desenvolvimento, nesse sentido, Villwock (2001, p. 21) destaca que a “[...] abertura econômica de enormes países (China, Índia, Rússia e Brasil) criou oportunidades significativas que, aliadas à avançada tecnologia de informação”, estimularam investimentos externos diretos nessas nações. Essa abertura possibilitou que multinacionais de diversos lugares do mundo realizassem grandes investimentos nos referidos países e ajudassem a integrá-los à economia global. Nesse contexto, os países emergentes vêm buscando parcerias estratégicas, como o BRICS, visando obter vantagens econômicas, sociais, ambientais e institucionais, bem como melhorias nas condições de vida e bem-estar das pessoas.

A origem do acrônimo BRICS deu-se através de uma iniciativa do diretor do banco Goldman Sachs, Jim O’Neill, que, em 2001, publicou um artigo destacando o potencial de crescimento econômico de alguns países emergentes, os quais poderiam sustentar a economia global nas próximas décadas (O’NEILL, 2001). No princípio, o artigo de O’Neill não foi bem aceito pelos especialistas de mercado nem pelos acadêmicos, porém, com a aceleração do crescimento econômico desses países, sua tese começou a ser corroborada. O’Neill e sua equipe revisaram seus estudos e ampliaram suas expectativas (O’NEILL; PURUSHOTHAMAN; FIOTAKIS, 2004; O’NEILL *et al.*, 2005); a partir daí, analistas de mercado, pesquisadores e acadêmicos direcionaram seus esforços para esta nova configuração econômica e global chamada de BRIC.

O BRIC foi inicialmente composto pelos seguintes países: Brasil, Rússia, Índia e China, por apresentarem, nos últimos anos, sinais de crescimento acima da média mundial e grande potencial de investimentos. Essa parceria fortaleceu a presença desses países nos debates político-econômicos do cenário internacional, destacando-se, também, por apresentarem uma proposta mais equilibrada de redistribuição de poder entre as forças econômicas e políticas, visando melhor condução da ordem internacional (MOREIRA JÚNIOR, 2012).

Durante reuniões realizadas na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2006, ocorreu a formalização do BRIC, que se tornou, então, um agrupamento político. Tal parceria se consolidou após a crise de 2008, na reunião do G-8, quando foram convidados a participar das discussões de medidas pós-crise. Os líderes do BRIC têm se reunido anualmente em

conferências de cúpula e conferências ministeriais temáticas, buscando viabilizar interesses comuns de reconfiguração da arquitetura internacional (RAMOS; PARREIRAS, 2013).

Em 2011, na III Conferência de Cúpula do BRIC, houve o ingresso da África do Sul, consolidando a composição da denominação BRICS. E, na V Cúpula, em 2013, foi concluída a intenção de institucionalizar o chamado Banco de Desenvolvimento dos BRICS, com a finalidade de cooperação financeira através de um fundo comum de reservas, para auxiliar o agrupamento e também outros países emergentes e em desenvolvimento. Na IV Cúpula, realizada em Nova Delhi, em 2012, os países do BRICS reforçaram a sua representatividade no contexto mundial.

O BRICS é uma plataforma para o diálogo e a cooperação entre países que representam 43% da população do mundo, para a promoção da paz, segurança e desenvolvimento em um mundo multipolar, interdependente e cada vez mais complexo e globalizado. Por sermos provenientes de Ásia, África, Europa e América Latina, a dimensão transcontinental de nossa interação ganha em valor e significado (MRE, 2012, p. 1).

Desde sua criação, em 2008, os BRICS já realizaram sete conferências de cúpula, para discutir assuntos como a reforma das estruturas de governança mundial, finanças, agricultura, economia e comércio, combate a crimes transnacionais, ciência e tecnologia, saúde, educação, instâncias empresariais e acadêmicas, segurança, entre outros. Segue abaixo o Quadro 1 com as principais conclusões das reuniões de cúpula do BRICS.

Quadro 1 - Cúpulas do BRICS e suas principais conclusões

Conferência	Cidade sede	Ano	Participantes	Principais conclusões
Cúpula I	Ecaterimburgo (Rússia)	2009	Brasil, China, Índia e Rússia	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de haver representatividade junto às instituições financeiras internacionais; - construção econômica firmada na democracia; - cooperação para a reforma do sistema financeiro mundial.
Cúpula II	Brasília (Brasil)	2010	Brasil, China, Índia e Rússia	<ul style="list-style-type: none"> - Acordo que facilite o financiamento de obras e projetos entre as nações; - compromisso de incentivar a concessão de crédito entre os BRICS; - cooperação energética e de infraestrutura; - sugestão de um novo sistema de votação no Banco Mundial; - sugestão de reforma no Fundo Monetário Internacional (FMI); - convite à África do Sul para participar do grupo.
Cúpula III	Sanya (China)	2011	África do Sul, Brasil, China, Índia e Rússia	<ul style="list-style-type: none"> - Admissão integral da África do Sul no BRIC, que passou a se chamar BRICS; - fortalecimento da coordenação e da cooperação mútua para a reforma do sistema monetário internacional; - promoção da cooperação mais estreita em matéria de segurança alimentar e - apoio ao desenvolvimento e ao uso de recursos energéticos renováveis.
Cúpula IV	Nova Delhi (Índia)	2012	África do Sul, Brasil, China, Índia e Rússia	<ul style="list-style-type: none"> - Acordo de facilidade de extensão de crédito em moeda local e carta multilateral; - coordenação ampla de políticas, visando à estabilidade macroeconômica; - aproximação econômica e comercial dos países do BRICS; - lançamento do processo de comparação do desempenho dos países do grupo, visando facilitar o investimento; - proposta de criação do Banco do BRICS.
Cúpula V	Durban (África do Sul)	2013	África do Sul, Brasil, China, Índia e Rússia	<ul style="list-style-type: none"> - Conclusão da intenção de criar o Banco do BRICS; definição dos procedimentos necessários que devem ser concluídos até a próxima cúpula; - necessidade de um desenvolvimento inclusivo e sustentável; - reforma das instituições de governança global; - necessidade da adoção de medidas adequadas pelas economias avançadas, visando à reconstrução da confiança, à promoção do crescimento e a uma recuperação robusta.
Cúpula VI	Fortaleza (Brasil)	2014	África do Sul, Brasil, China, Índia e Rússia	<ul style="list-style-type: none"> - Criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) do BRICS; - criação do Arranjo Contingente de Reserva (ACR); - cooperação entre as agências de crédito à exportação dos BRICS e - acordo de cooperação para a inovação.
Cúpula VII	Ufá (Rússia)	2015	África do Sul, Brasil, China, Índia e Rússia	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio ao desenvolvimento da cooperação e definição da estratégia para uma parceria econômica do BRICS; - ratificação e entrada em vigor do Tratado do ACR e do Banco do BRICS.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas declarações, planos de ação e comunicados do BRICS.

Assim como sobre o IDH, também foram realizados diversos estudos sobre o BRICS e seus impactos. Laidi (2012), em seu estudo sobre o poder, a soberania e as fraquezas do BRICS, avaliou o impacto do BRICS com base no grau de coerência política entre eles, bem como a sua capacidade de influenciar o sistema internacional. De acordo com o autor, os BRICS estão preocupados com a manutenção de sua independência de julgamento e ação nacional em um mundo, que está cada vez mais econômica e socialmente interdependente.

Zhang *et al.* (2011) estudaram a evolução da política energética renovável dos BRICS. De acordo com os autores, tais políticas, no Brasil e na China, têm efeitos positivos, a longo prazo, sobre a produção de energia renovável e de consumo, melhorando a taxa de crescimento das duas variáveis. Na Índia, o impacto, a longo prazo, sobre a produção renovável é contraditório. Já na Rússia as políticas renováveis não estão funcionando, ocasionando a redução do consumo de energias renováveis a longo prazo.

Watt, Gomez e McKee (2013) analisaram o envolvimento do BRICS e o impacto potencial na saúde global, particularmente em relação ao desenvolvimento dos países envolvidos. Segundo os autores, as motivações diferentes e complexas dos países reforçam a necessidade de abordagens realistas, pragmáticas, para debates globais sobre saúde.

Brandão *et al.* (2015) analisaram a relação entre os investimentos em inovação tecnológica e o desenvolvimento sustentável do G7 e dos países do BRICS. De acordo com os autores, para o grupo BRICS, a inovação tecnológica tem sido significativa para os três pilares do desenvolvimento sustentável. No entanto, para o grupo G7, a inovação tecnológica foi considerada significativa apenas para o desenvolvimento social, não apresentando significância para o desenvolvimento econômico e ambiental.

Já Donno e Rudra (2014) estudaram o impacto dos BRICS sobre o mundo em desenvolvimento e as consequências desta parceria para a economia mundial. Para os autores, é compreensível que a ascensão dos BRICS, juntamente com o suposto declínio da hegemonia dos EUA, pode ser vista como uma precipitação do desmoronamento da estabilidade econômica global. Os autores afirmam que o sucesso crescente dos BRICS na economia global representa um desafio diferente para a segurança político-econômica doméstica das economias em desenvolvimento.

3 Metodologia

Para classificação da pesquisa, utilizou-se como base a taxionomia elaborada por Beuren (2003), relativa à tipologia de delineamento da pesquisa científica, que a qualifica em relação a três categorias: quanto aos objetivos, aos procedimentos e à abordagem do problema.

Com relação aos objetivos, este estudo tem natureza descritiva, por se propor analisar se a parceria político-econômica BRICS influenciou no aumento do IDH dos países envolvidos. Quanto aos procedimentos, classifica-se como uma pesquisa bibliográfica, por se tratar de um estudo sistematizado, desenvolvido com base nos RDH's elaborados pelo PNUD, bem como no material publicado nos periódicos nacionais e internacionais sobre possíveis fatores que influenciaram os países em estudo.

Quanto à abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa predominantemente quantitativa. Na etapa de análise da conjuntura econômica dos BRICS, foi realizada uma abordagem qualitativa, por se analisar fatos e fatores do objeto de estudo de impacto potencial.

Na coleta de dados, foram analisados os RDH's publicados entre 2000 e 2015 pelo PNUD, com dados referentes ao período compreendido entre 1998 e 2014. Na apresentação dos dados coletados, foi considerado o ano-base, sendo eles divididos em dois períodos: de 1998 a 2009, período anterior à formação do BRICS, e 2010 a 2014, período posterior a sua formação, para possibilitar essa comparação.

Para a tabulação e discussão dos dados, foi feita uma análise por meio da estatística descritiva, utilizando o software R e planilhas eletrônicas, que foram dispostos em gráficos e tabelas. A partir daí, foi realizada a análise comparativa do IDH dos países componentes do BRICS, buscando-se mensurar a variação no nível de desenvolvimento humano de cada país durante o período delimitado.

4 Resultados e discussões

Após a análise do IDH extraído dos RDH's publicados pelo PNUD, no período correspondente entre os anos de 2000 e 2015, constatou-se a inexistência de informações sobre o IDH na edição de 2006, pois se trata de um resumo, e a edição de 2012 não foi publicada, apesar dos relatórios serem publicados anualmente. As edições de 2007 e 2008 foram apresentadas em um único relatório, além disso, alguns relatórios retratavam informações de anos anteriores, como, por exemplo, o relatório do ano 2000, que traz as informações do IDH de 1998, sendo que este fato prevaleceu ao longo dos anos, com exceção dos relatórios de 2010 e 2011, que apresentaram as informações de seus respectivos anos. Dessa forma, foram analisados um total de treze relatórios.

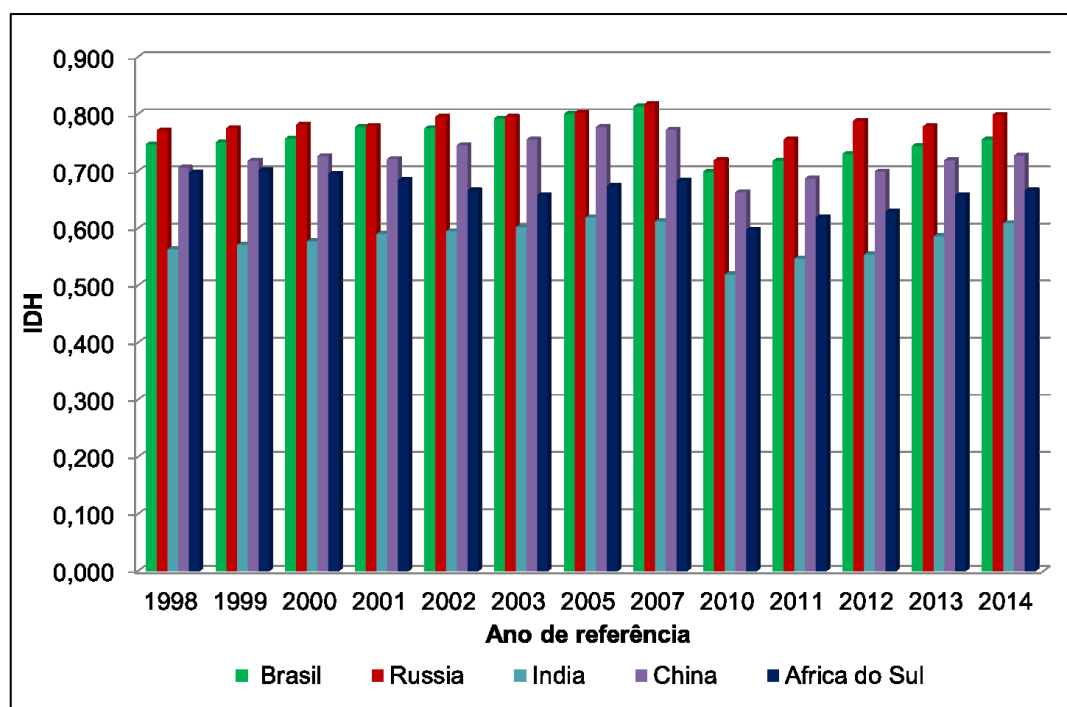
Segue, na próxima página, a Tabela 1 contendo a evolução dos valores do IDH dos países componentes do BRICS durante o período de 2000 a 2015. Para o cumprimento dos objetivos propostos por este estudo, foram analisados separadamente dois períodos, sendo o primeiro deles correspondente aos relatórios de 2000 (ano base de 1998) a 2009 (ano base de 2007), caracterizando, assim, a análise do período pré-surgimento dos BRICS. O segundo período analisado corresponde aos relatórios de 2010 a 2015 (ano base de 2014), caracterizando a análise do período pós-constituição dos BRICS.

Tabela 1 - Evolução do IDH dos países do BRICS no período de 1998 a 2014

Referência	Relatório	Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul
1998	2000	0,747	0,771	0,563	0,706	0,697
1999	2001	0,750	0,775	0,571	0,718	0,702
2000	2002	0,757	0,781	0,577	0,726	0,695
2001	2003	0,777	0,779	0,590	0,721	0,684
2002	2004	0,775	0,795	0,595	0,745	0,666
2003	2005	0,792	0,795	0,602	0,755	0,658
2005	2007/08	0,800	0,802	0,619	0,777	0,674
2007	2009	0,813	0,817	0,612	0,772	0,683
2010	2010	0,699	0,719	0,519	0,663	0,597
2011	2011	0,718	0,755	0,547	0,687	0,619
2012	2013	0,730	0,788	0,554	0,699	0,629
2013	2014	0,744	0,778	0,586	0,719	0,658
2014	2015	0,755	0,798	0,609	0,727	0,666

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos RDHs.

Para melhor visualização do IDH referente à totalidade do período analisado, segue abaixo o Gráfico 1, que contém as informações da Tabela 1 acima, sendo possível observar que, após o ano de 2008, período correspondente aos relatórios de 2007 e 2010, todos os países sofreram uma queda em seu IDH, possivelmente causada pela crise de 2008, sendo retomado o crescimento a partir de 2011.

Gráfico 1 - IDH dos países participantes do BRICS no período de 1998 a 2014

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos RDHs.

Observa-se, a partir dos dados do Gráfico 1, que, entre os relatórios de 1998 e 2007, o Brasil manteve o crescimento de seu IDH, com exceção do ano de 2002, que apresentou uma pequena queda, porém o país fechou este período com o IDH de 0,813, classificado como alto. Já a Rússia e a China mantiveram uma trajetória de crescimento em seu índice, exceto no ano de 2001, em que se verifica queda, fechando o período com 0,817 (alto) e 0,772 (médio), respectivamente. A Índia foi o único país que apresentou crescimento em seu IDH em todo período, fechando em 0,612 (médio), e a África do Sul apresentou queda consecutiva de seu índice, entre 2000 a 2003, recuperando-se nos dois períodos seguintes, com um IDH de 0,683 (médio) no ano de 2007.

Apesar de não existirem os relatórios dos anos-base 2008 e 2009, período correspondente à crise de 2008, verifica-se uma queda no IDH de todos os países, quando analisado o período subsequente à criação dos BRICS. É possível notar que todos os países sofreram queda em seu IDH no ano de 2010, possivelmente por reflexos da crise de 2008. Nos quatro anos subsequentes, de 2011 a 2014, todos os países retomaram o crescimento em seu IDH, com uma única exceção, a Rússia, que, em 2014, apresentou uma pequena queda em seu índice.

Ao compararmos as informações dos dois períodos analisados, notou-se que, no relatório de 2009 (ano base de 2007), último relatório antes da crise de 2008 e antes do surgimento do BRICS, houve um aumento expressivo do IDH de todos os países. Expandindo esta comparação para o último relatório de 2015 (ano base de 2014), período pós-crise e pós-constituição dos BRICS, nota-se que todos os países tiveram queda em seu IDH, sendo que o Brasil apresentou uma redução de 0,058; a Rússia, de 0,019; a Índia, de 0,003; a China, de 0,045; e a África do Sul, de 0,017.

No intuito de aprofundar a comparação entre os índices dos países participantes do BRICS, desmembrou-se o IDH, analisando separadamente suas três dimensões: educação, expectativa de vida e renda. As informações relativas à educação são apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2 - Índice de educação dos países do BRICS no período de 1998 a 2014

Ano	Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul
1998	0,840	0,920	0,550	0,790	0,880
1999	0,830	0,920	0,560	0,800	0,870
2000	0,830	0,920	0,570	0,800	0,880
2001	0,900	0,930	0,570	0,790	0,830
2002	0,880	0,950	0,590	0,830	0,830
2003	0,890	0,960	0,610	0,840	0,810
2005	0,883	0,956	0,620	0,837	0,806
2007	0,891	0,933	0,643	0,851	0,843
2010	0,470	0,631	0,255	0,453	0,529
2011	0,492	0,696	0,267	0,478	0,558
2012	0,503	0,000	0,264	0,481	0,558
2013	0,498	0,764	0,274	0,000	0,569
2014	0,518	0,788	0,292	0,000	0,594

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos RDHs.

Ao analisarmos a Tabela 2, composta apenas pelo índice educação dos países participantes do BRICS, é possível verificar que, no período de 1998 a 2007, houve um crescimento desse índice em todos os países, indicando uma elevação no nível educacional ao longo do período, com exceção da África do Sul, que apresentou uma diminuição considerável nesse índice. No segundo período, correspondente ao período de 2010 a 2014, todos os países apresentaram uma diminuição acentuada em 2010, com posterior crescimento até o fim do período em 2014.

Tabela 3 - Índice de renda dos países do BRICS

Ano	Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul
1998	0,700	0,700	0,510	0,570	0,740
1999	0,710	0,720	0,520	0,600	0,750
2000	0,720	0,740	0,530	0,610	0,760
2001	0,720	0,710	0,560	0,620	0,790
2002	0,730	0,740	0,550	0,640	0,770
2003	0,730	0,760	0,560	0,650	0,770
2005	0,740	0,782	0,591	0,703	0,786
2007	0,761	0,833	0,553	0,665	0,765
2010	0,401	0,616	0,397	0,412	0,373
2011	0,392	0,628	0,433	0,436	0,000
2012	0,411	0,647	0,434	0,455	0,000
2013	0,452	0,631	0,500	0,505	0,000
2014	0,465	0,664	0,508	0,514	0,310

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos RDHs.

A Tabela 3, composta apenas pelo índice de renda *per capita*, *Gross Domestic Product* (GDP), dos países participantes do BRICS, apresenta, no período de 1998 a 2007, crescimento até o ano de 2007 para todos os países, indicando uma elevação do nível de renda *per capita* desses países, com exceção da África do Sul, que apresentou queda. No final do segundo período, no ano de 2014, todos os países apresentaram crescimento em seus índices, sendo que a África do Sul permaneceu como exceção, apresentando novamente diminuição.

A Tabela 4, composta apenas pelo índice expectativa de vida dos países participantes do BRICS, apresenta, no período de 1998 a 2007, crescimento desse índice, até o ano de 2007, para o Brasil, Índia e China, sendo que a Rússia apresentou uma pequena queda, e a África do Sul apresentou uma queda mais acentuada. Mesmo com uma queda generalizada do índice de expectativa de vida entre os países, no ano de 2010, ao observarmos o final do segundo período, no ano de 2014, os países Brasil, Rússia e China apresentaram elevação desse índice em comparação ao início da série, em 1998; apenas Índia e África do Sul não conseguiram melhorar seus índices em comparação aos anos de 1998 e 2007.

Tabela 4 - Índice de expectativa de vida dos países do BRICS

Ano	Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul
1998	0,700	0,690	0,630	0,750	0,470
1999	0,710	0,690	0,630	0,750	0,480
2000	0,710	0,680	0,640	0,760	0,450
2001	0,710	0,690	0,640	0,760	0,430
2002	0,720	0,690	0,640	0,760	0,400
2003	0,760	0,670	0,640	0,780	0,390
2005	0,779	0,667	0,645	0,792	0,430
2007	0,787	0,686	0,639	0,799	0,442
2010	0,698	0,661	0,483	0,714	0,353
2011	0,723	0,687	0,522	0,730	0,370
2012	0,725	0,689	0,525	0,731	0,376
2013	0,709	0,666	0,536	0,768	0,422
2014	0,717	0,695	0,554	0,774	0,427

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos RDHs.

Foram extraídos também dos RDH's, a renda *per capita*, GDP, dos países participantes do BRICS, no período de 1998 a 2010, cujas informações estão apresentadas na Tabela 5 abaixo.

Tabela 5 - Renda *per capita* (\$) dos países do BRICS

Ano	Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul
1998	6,625	6,460	2,077	3,105	8,488
1999	7,037	7,473	2,248	3,617	8,908
2000	7,625	8,377	2,358	3,976	9,401
2001	7,360	7,100	2,840	4,020	11,290
2002	7,770	8,230	2,670	4,580	10,070
2003	7,790	9,230	2,892	5,003	10,346
2005	8,402	10,845	3,452	6,757	11,110
2007	9,567	14,690	2,753	5,383	9,757
2010	10,607	15,258	3,337	7,258	9,812
2011	10,162	14,561	3,468	7,476	9,469
2012	10,152	14,461	3,285	7,945	9,594
2013	14,275	22,617	5,150	11,477	11,788
2014	15,175	22,352	5,497	12,547	12,122

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos RDHs.

A tabela 5 apresenta a renda *per capita*, GDP em dólar, dos países participantes do BRICS no período de 1998 a 2014, onde se evidencia significativo crescimento, inclusive durante a crise de 2008, pois o crescimento no nível de renda se manteve ao longo dos anos. Deve-se levar em consideração que parte desse crescimento pode ser explicada pela valorização cambial ocorrida nos últimos anos.

Para auxiliar a análise dos períodos pré-surgimento e pós-constituição do BRICS, calculou-se a estatística descritiva por país, cujas informações podem ser visualizadas na Tabela 6.

Tabela 6 - Estatística descritiva do IDH dos países do BRICS

Componente de análise	Período 1 (1998 a 2007)				
	Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul
Média	0,776	0,789	0,591	0,740	0,682
Mediana	0,776	0,788	0,593	0,736	0,684
Desviopadrão	0,024	0,016	0,020	0,026	0,016
Variância da amostra	0,001	0,000	0,000	0,001	0,000
Mínimo	0,747	0,771	0,563	0,706	0,658
Máximo	0,813	0,817	0,619	0,777	0,702
Nível de confiança (95,0%)	0,020	0,013	0,017	0,022	0,013

Componente de análise	Período 2 (2010 a 2014)				
	Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul
Média	0,729	0,768	0,563	0,699	0,634
Mediana	0,730	0,778	0,554	0,699	0,629
Desvio padrão	0,022	0,032	0,035	0,026	0,028
Mínimo	0,699	0,719	0,519	0,663	0,597
Máximo	0,755	0,798	0,609	0,727	0,666
Nível de confiança (95,0%)	0,027	0,039	0,044	0,032	0,035

Fonte: Elaborada pelos autores.

A Tabela 6 demonstra a média aritmética dos países em dois períodos. O primeiro corresponde aos anos de 1998 a 2007, e o segundo, aos anos de 2010 a 2014. A média do primeiro período, para todos os países, é relativamente maior que a média do segundo período, corroborando a informação de que, no ano de 2010, o IDH sofreu um impacto negativo, possivelmente devido à crise de 2008. Percebeu-se também que, com a retomada do crescimento do IDH no segundo período, os valores estão próximos daqueles encontrados no primeiro período, sugerindo que, se daqui a alguns anos nenhuma outra crise mundial impactar novamente os resultados, os países poderão superar o IDH do primeiro período, elevando, assim, seu nível de desenvolvimento humano.

5 Considerações finais

Objetivou-se, neste estudo, analisar se houve influência da parceria político-econômica dos BRICS no aumento do IDH dos países nela envolvidos. Para tanto, foi realizada uma análise dos RDHs referentes ao período entre 1998 e 2014, disponibilizados no site da PNUD.

Concluídas as análises, que se basearam nos RDHs através das informações do IDH e de suas três dimensões, verificou-se que, de forma isolada, a renda *per capita* (GDP) foi o único indicador que manteve sua trajetória de crescimento ao longo dos períodos. Pode-se constatar que a crise de 2008, possivelmente, interrompeu a sequência de crescimento e de desenvolvimento humano dos países do BRICS, refletindo negativamente no relatório do ano de 2010. Porém, nos anos subsequentes, há indícios de que essa parceria proporcionou uma

rápida recuperação, retomando a tendência de aumento em seu IDH, chegando próximo dos níveis apresentados no período pré-crise de 2008.

O relatório de 2007 classificava Brasil e Rússia como países de alto IDH, porém o relatório de 2014 mostrou um recuo nos índices desses dois países, classificando-os como países de médio IDH. Para a Índia, China e África do Sul, estes dois relatórios mostraram certa estabilidade quanto ao índice, pois, mesmo com a queda numérica, permaneceram classificados como países de médio IDH.

Para que fique evidente que a parceria do BRICS influenciou o crescimento do IDH, sugerimos que sejam realizadas futuras análises comparativas, alcançando um período superior ao analisado, bem como comparados os resultados dos BRICS em relação aos resultados do restante do mundo, possibilitando, assim, uma análise mais abrangente.

Referências

- ANAND, S.; SEN, A. K. Human development index: Methodology and measurement. *Human Development Report*, New York: Oxford University Press, 1994, p. 1-20.
- BAUMANN, R. (Org.). *O Brasil e os demais BRICS: Comércio e Política*. Brasília: CEPAL, 2010.
- BEUREN, I. M. (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2003.
- BRANDÃO, S. N. *et al.* Technological innovation for sustainable development: An analysis of different types of impacts for countries in the BRICS and G7 groups. *International Journal of Sustainable Development and World Ecology*, v. 22, n. 5, p. 425-436, 2015.
- CARVALHO, A.; NEPAL, R.; JAMASB, T. Economic reforms and human development: evidence from transition economies. *Applied Economics*, v. 48, n. 14, p. 1330-1347, 2016.
- DONNO, D.; RUDRA, N. To fear or not to fear? BRICS and the developing world. *International Studies Review*, v. 16, n. 3, p. 447-452, 2014.
- FACHINELLI, A. C.; GIACOMELLO, C. P.; LARENTIS, F. The influence of capital system categories on Human Development Index in Brazil. *International Journal of Knowledge-Based Development*, v. 6, n. 4, p. 350-369, 2015.
- FELICE, E.; VASTA M. Passive modernization? The new human development index and its components in Italy's regions (1871–2007). *European Review of Economic History*, v. 19, n. 1, p. 44-66, 2015.
- HAQ, M. *Reflections on Human Development*. New York: Oxford University Press, 1995.
- HURRELL, A. Hegemony, liberalism and global order. *International Affairs*, v. 82, n. 1, p. 1-20, 2006.
- LAIDE, Z. BRICS: Sovereignty power and weakness. *International Politics*, v. 49, n. 5, p. 614-632, 2012.
- MKANDAWIRE, T. Good Governance: the itinerary of an idea. *Development in practice*, v. 17, n. 4-5, p. 679-681, 2007.

MOREIRA JÚNIOR, H. Os BRICS e a recomposição da ordem global: estratégias de inserção internacional das potências emergentes. *Conjuntura Austral*, v. 3, p. 71-89, 2012.

MRE – Ministério das Relações Exteriores. *BRICS – IV Cúpula*. 2012. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/>. Acesso em: 22 jul. 2016.

MUHAMMAD, S. D. *et al.* Impact of globalization on HDI (Human Development Index): Case study of Pakistan. *European Journal of Social Sciences*, v. 13, n. 1, p. 46-55, 2010.

NUSSBAUM, M.; SEN, A. *Internal criticism and Indian rationalist traditions*, - in Krausz, M., *Relativism: Interpretation and Confrontation*, Notre Dame: University of Notre Dame Press, p. 299–325, 1989.

OLIVEIRA, A. R. V. *Perspectivas críticas sobre a mensuração da pobreza e desigualdades no Brasil: uma reflexão a partir do IDH*. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

O'NEILL, J. Building Better Global Economic BRICs. *Global Economics Paper*, n. 66, p. 2-14, 2001.

O'NEILL, J.; PURUSHOTHAMAN, R.; FIOTAKIS, T. The BRICs and Global Markets: Crude, Cars and Capital. *Global Economics Paper*, n. 118, p. 3-12, 2004.

O'NEILL, J. *et al.* A. How Solid are the BRICs? *Global Economics Paper*, n. 134, p. 3-12, 2005.

ORTEGA, B.; CASQUERO, A.; SANJUÁN, J. Corruption and Convergence in Human Development: Evidence from 69 Countries During 1990–2012. *Social Indicators Research*, v. 127, n. 2, p. 691-719, 2016.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Conceitos*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. *Relatórios de Desenvolvimento Humano 2010*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

ORTEGA, B.; CASQUERO, A. ; SANJUÁN, J. Corruption and Convergence in Human Development: Evidence from 69 Countries During 1990–2012. *Social Indicators Research*, v. 127, n. 2, p. 691-719, 2016.

POURMOHAMMADI, M. R.; VALIBEIGI, M.; SADRMUSAVI, M. S. The Relationship Between Hdi And Its Indicators With Regional Growth In Iranian Provinces. *Regional Science Inquiry*, v. 6, n. 2, p. 73-86, 2014.

RAMOS, L. C. S.; PARREIRAS, P. H. S. A V cúpula do BRICS (Durban, 2013): coalizão ou arranjo cooperativo? *Conjuntura Austral*, v. 4, n. 20, p. 115-127, 2013.

RAY, S. *et al.* Studies on the impact of energy quality on human development index. *Renewable Energy*, v. 92, n. C, p. 117-126, 2016.

ROY, H.; JAYARAJ, R.; GUPTA, A. Energy consumption and human development: global perspective. *Economics and policy of energy and the environment*, v. 2015, n. 1, p. 111-131, 2015.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SIEDENBERG, D. R. Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso. *Cadernos Ebape*, v. 4, n. 4, dez. 2006.

SOEJOTO, A.; SUBROTO, W. T.; SUYANTO, Y. Fiscal Decentralization Policy in Promoting Indonesia Human Development. *International Journal of Economics and Financial Issues*, v. 5, n. 3, p. 763-771, 2015.

SOUZA, N. J. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Atlas, 2012.

THOMAS, A. Development as practice in a liberal capitalist world. *Journal of International Development*. v. 12, n. 6, p. 773-787, 2000.

VILLWOCK, L. H. *Consórcios agroexportadores: estratégia para o desenvolvimento competitivo da cadeia de produção de suínos no RS*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

WATT, N.F.; GOMEZ, E.J.; MCKEE, M. Global health in foreign policy - And foreign policy in health? Evidence from the BRICS. *Health Policy and Planning*, v. 29, n. 6, p. 763-773, 2013.

ZANGH, H. *et al.* Comparison of renewable energy policy evolution among the BRICS. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, v. 15, n. 9, p. 4904-4909, 2011.

Obras consultadas

MRE – Ministério das Relações Exteriores. *BRICS – I Cúpula*. 2009. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/>. Acesso em: 22 jul. 2016.

_____. *BRICS – II Cúpula*. 2010. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/>. Acesso em: 22 jul. 2016.

_____. *BRICS – III Cúpula*. 2011. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/>. Acesso em: 22 jul. 2016.

_____. *BRICS – V Cúpula*. 2013. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/>. Acesso em: 22 jul. 2016.

_____. *BRICS – VI Cúpula*. 2014. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/>. Acesso em: 22 jul. 2016.

_____. *BRICS – VII Cúpula*. 2015. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/>. Acesso em: 22 jul. 2016.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Conceitos*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano>>. Acesso em 20 jun. 2016.

_____. *Relatórios de Desenvolvimento Humano 2000*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. _____. *2001*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. _____. *2002*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. _____. *2003*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais>>. Acesso em 20 jun. 2016.

_____. _____. *2004*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. _____. *2005*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais>>. Acesso em 20 jun. 2016.

_____. _____. *2006*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais>>. Acesso em 20 jun. 2016.

_____. _____. *2007/2008*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. _____. *2009*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais>>. Acesso em 20 jun. 2016.

_____. _____. *2011*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. _____. *2013*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. _____. *2014*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. _____. *2015*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais>>. Acesso em: 20 jun. 2016.